



CÓD: OP-003AG-23
7908403540075

SMED BH

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Comum às especialidades
de Professor Municipal de 1º e 2º Ciclos

EDITAL SMED 01/2023 – ÁREA DA EDUCAÇÃO

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.	5
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português.....	6
3. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	12
4. Processos de formação de palavras	17
5. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos.	18
6. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	23
7. Concordância nominal e verbal	27
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	29
9. Padrões gerais de colocação pronominal no português	30
10. Mecanismos de coesão textual.....	31
11. Ortografia.....	32
12. Acentuação gráfica.....	32
13. Emprego do sinal indicativo de crase.....	33
14. Pontuação.....	33
15. Estilística: figuras de linguagem.	37
16. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.	40
17. Variação linguística: a norma-padrão.	40

Informática Básica

1. Utilização de diferentes linguagens midiáticas para desenvolvimento das práticas educativas.....	51
2. Apropriação tecnológica.....	51
3. Compreensão dos usos das tecnologias e da cultura digital no cotidiano escolar.....	51
4. Promoção de práticas pedagógicas, reflexivas, colaborativas e dialógicas utilizando recursos tecnológicos.....	52
5. Papel e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.	52
6. Letramento digital.....	52
7. Uso da tecnologia para ensinar, aprender e pesquisar	54

Fundamentos da Educação

1. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	57
2. Relações socioeconômicas e político-culturais da educação	66
3. Educação em direitos humanos, democracia e cidadania	74
4. A função social da escola	80
5. Inclusão educacional e respeito à diversidade	83
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	92
7. Didática e organização do ensino	99
8. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem	113

9. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica	115
10. Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.....	120

Processos de Ensinar e Aprender

1. Pedagogia da Infância	127
2. As diferentes dimensões humanas	134
3. Os direitos da criança.....	138
4. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.	147
5. A formação do pensamento lógico da criança.....	156
6. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem.	158
7. A alfabetização nos diferentes momentos históricos	162
8. A função social da alfabetização.	163
9. As etapas do processo de alfabetização.	167
10. A importância da consciência fonológica na alfabetização.....	168
11. A tecnologia a favor da alfabetização.	169
12. A perspectiva infantil na fase da alfabetização.	171
13. A função social da escola pública contemporânea.	172
14. Desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição da criança.....	173
15. O lúdico, os jogos, a interação, a brincadeira e o desenvolvimento infantil.	177
16. As intenções educativas do município de Belo Horizonte e o desenvolvimento de habilidades.	193
17. Educação e sustentabilidade.....	194

Legislação Educacional

1. Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação	203
2. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações.	206
3. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE).....	222
4. Resolução CNE/CP nº 02/2017, institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	224
5. Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	229
6. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	267
7. Leis Federais nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	284

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA.

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem ne-

cessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciada por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

**SEMÂNTICA: SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS;
CAMPOS SEMÂNTICOS; EMPREGO DE TEMPOS E
MODOS DOS VERBOS EM PORTUGUÊS.**

A Reescrita de Frases é um assunto solicitado em muitos editais. A habilidade de reescrever frases requer diferentes conhecimentos da Língua Portuguesa, como ortografia, acentuação, pontuação, sintaxe, significação das palavras, as classes de palavras e interpretação de texto.

A grande maioria das questões de Reescrita de Frases solicitará que uma frase seja reescrita sem que haja alteração em seu sentido e que a correção gramatical seja preservada. Ou seja, uma frase reescrita deve obedecer aos padrões da norma-culta e deve manter o sentido original daquilo que a frase diz.

Por isso é importante possuir boa habilidade de interpretação e compreensão de texto, já que é necessário, antes de tudo, compreender aquilo que a frase está dizendo.

“Desde dezembro, bombeiros salvaram mil pessoas nas praias paulistas”

O que a frase acima está dizendo? Que desde o mês de dezembro, os bombeiros salvaram mil pessoas nas praias do estado de São Paulo (paulistas). Este é o sentido original da frase, e note que já foi realizada uma reescrita da frase. Apesar de apresentar palavras diferentes, ambas falam a mesma coisa. Além disso, o exemplo acima não apresenta nenhum erro gramatical.

Depois de compreender o sentido da frase, você deve verificar se há erros de grafia, acentuação, concordância, regência, crase, pontuação. Em uma questão, se a alternativa apresentar algum destes erros, você já poderá eliminá-la, pois não será a correta.

Questão: (Câmara de Sertãozinho - SP - Tesoureiro - VUNESP)

Uma frase condizente com as informações do texto e escrita em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:

(A) Os brasileiros desconfiam de que adaptarão-se à nova realidade do mercado de trabalho, ainda que estão entusiasmados com as novas tecnologias.

(B) Embora otimistas com os efeitos da revolução digital em suas carreiras, os brasileiros dispõem de capacidades digitais aquém do que imaginam.

(C) De acordo com lista do LinkedIn para 2018, quase metade dos brasileiros desconhecem as habilidades que o mercado mais necessita.

(D) Fazem cinco anos apenas que certas habilidades digitais passou a ser requeridas, o que significa que o cenário das empresas mudou muito rápido.

(E) Mais de 80% dos entrevistados afirmaram que estão otimistas no que refere-se às novas tecnologias, mas reconhecem que não as domina.

Na alternativa “A”, o correto seria “desconfiam de que se adaptarão”. Esta alternativa já poderia ser eliminada.

A alternativa “C” também está incorreta, pois quem desconhece as habilidades que o mercado mais necessita é *quase metade* dos brasileiros, o verbo é no singular.

Na alternativa “D”, temos um erro logo no início. O correto é “Faz cinco anos”. Ademais, certas habilidades digitais passaram a ser requeridas, plural.

Quando o pronome relativo “que” é um fator atrativo, a próclise deve ser utilizada. Por isso, na alternativa “E”, o correto seria “no que se refere”.

Resta-nos a alternativa “B”, que é a correta e não apresenta erros.

Mas não basta somente verificar se há erros, é preciso muito mais para reescrever frases e mandar bem neste tipo de questão.

É preciso ter em mente que as frases reescritas devem:

– Respeitar as sequências de ideias

Ex.: “Você está intragável hoje. Qual é o seu problema?”

Aqui, temos uma afirmação e depois uma pergunta. Essa ordem precisa ser respeitada na reescrita. Uma solução seria: Hoje você está intragável. Posso saber por quê?

– Não omitir informação essencial

Utilizando o mesmo exemplo acima, se só houvesse a pergunta, a informação sobre o sujeito estar intragável hoje seria omitida, o que seria um erro.

– Não expressar opinião

É uma reescrita daquilo que a frase diz, não daquilo que você acha. Não mude o sentido da frase de acordo com sua opinião.

– Utilizar vocabulário e expressões diferentes das do texto original

Afinal, é para reescrever a frase, utilizar outras palavras.

— Sinônimos e Antônimos

Aproveitando o gancho, uma reescrita é utilizar palavras diferentes para dizer a mesma coisa. Para isso, nada melhor do que conhecer os sinônimos e os antônimos.

Sinônimos

São palavras diferentes que possuem o mesmo significado.

Ex.: Muitas pessoas conseguiram emprego.

Diversas pessoas conseguiram emprego.

Apesar de diferentes, as duas palavras expressam valor de quantidade elevada.

Antônimos

São palavras que se contradizem, opostos. Também podem ocorrer por complementaridade (onde a negação de uma implica a afirmação da outra e vice-versa).

Ex.: O rapaz **estava triste**.

O rapaz **não estava feliz**.

Ao negar a felicidade do rapaz, implica-se que este estava triste.

— Verbos e Substantivos

¹Os verbos e os substantivos são elementos importantes das frases. Os substantivos compõem a classe de palavras com que se denominam os seres, animados ou inanimados, concretos ou abstratos, os estados, as qualidades, as ações. Já os verbos, são a classe de palavras que, do ponto de vista semântico, contêm as noções de ação, processo ou estado, e, do ponto de vista sintático, exercem a função de núcleo do predicado das sentenças.

Ao reescrever uma frase, é possível:

Substituir verbo por substantivo

Em gramática, temos o substantivo verbal, que é um substantivo derivado do infinitivo, do gerúndio ou do particípio de um verbo.

Ex.: Espero que se **corrija** a prova.

Espero a **correção** da prova.

Substituir substantivo por verbo

A ideia aqui é a mesma, só que ocorre o oposto.

Ex.: Exijo a **dedicação** dos alunos.

Exijo que os alunos se dediquem.

— A Voz Verbal

Voz verbal é a forma assumida pelo verbo para indicar se o sujeito gramatical é agente ou paciente da ação. Existem três vozes verbais:

– Ativa: quando o sujeito é agente, isto é, pratica a ação expressa pelo verbo.

Ex.: Ele | fez | o trabalho. (ele - sujeito agente) (fez - ação) (o trabalho - objeto paciente)

– Passiva: quando o sujeito é paciente, recebendo a ação expressa pelo verbo.

Ex.: O trabalho | foi feito | por ele. (O trabalho - sujeito paciente) (foi feito - ação) (por ele - agente da passiva)

– Reflexiva: há dois tipos de voz reflexiva:

1) Reflexiva: será chamada simplesmente de reflexiva quando o sujeito praticar a ação sobre si mesmo.

Ex.: - Carla machucou-se.

– Marcos cortou-se com a faca.

2) Reflexiva Recíproca: será chamada de reflexiva recíproca quando houver dois elementos como sujeito: um pratica a ação sobre o outro, que pratica a ação sobre o primeiro.

Ex.: - Paula e Renato amam-se.

– Os jovens agrediram-se durante a festa.

– Os ônibus chocaram-se violentamente.

A mudança da voz verbal pode ser utilizada na reescrita de frases.

Ex.: Qualquer cidadão **comprova** isso.

Isso é **comprovado** por qualquer cidadão.

Pode-se observar isso.

Isso **pode ser observado**.

Muitas questões, inclusive, solicitam que a frase seja reescrita em determinada voz verbal.

Questão: (TRF - 3ª REGIÃO - Técnico Judiciário - FCC) O cérebro humano exibe diferentes padrões de atividade para diferentes experiências.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) são exibidas

(B) são exibidos

(C) exhibe-se

(D) é exibido

(E) exibiam-se

A alternativa correta é a “B”. A reescrita ficaria: “Diferentes padrões de atividade são exibidos pelo cérebro humano para diferentes experiências”. O sujeito “O cérebro humano” torna-se agente da passiva.

— O Tempo Verbal

²Os tempos verbais indicam quando, o momento em que uma ação ocorre. Tal ação pode ocorrer no presente, no passado ou no futuro.

Verbo “ir” - 1ª pessoa do singular

Indicativo

Presente: vou.

Pretérito Imperfeito: ia.

Pretérito Perfeito: fui.

Pretérito Mais-que-perfeito: fora.

Futuro do Presente: irei.

Futuro do Pretérito: iria.

Subjuntivo

Presente: que eu vá.

Pretérito Imperfeito: se eu fosse.

Futuro: quando eu for.

Imperativo

Imperativo Afirmativo: #-#

Imperativo Negativo: #-#

Infinitivo

Infinitivo Pessoal: por ir eu.

É possível reescrever uma frase alterando o tempo verbal, sem alterar seu sentido.

Ex.: Em 1930 **ocorreu** a Grande Depressão.

Em 1930 **ocorre** a Grande Depressão.

¹ <https://bit.ly/2U03syd>

² <https://bit.ly/36uVZtL>

INFORMÁTICA BÁSICA

UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES LINGUAGENS MUDIÁTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS.

Os meios de comunicação são ferramentas que tem o poder de oferecer ideias e experiências inovadores nos ambientes educacionais, gerando um grande avanço na educação. Indispensável mencionar a importância das relações sociais no processo de aprendizagem dos alunos independentemente da idade; e com o agravamento do uso excessivo das mídias sociais o processo de identificação dos alunos com o grupo social que desejam pertencer depende totalmente do acesso à informação que é fornecida instantaneamente e à cultura divulgada através de diferentes meios de comunicação. Desse modo, as linguagens midiáticas na educação dependem da criação de identidades, alcançando os alunos não apenas de forma intelectual, mas de modo que os vincule a algo para suprir a necessidade de pertencer a grupos.

Várias didáticas vêm sendo estudadas com o avanço da tecnologia, mas ainda não podem ser aplicadas devido ao acesso à tecnologia que nem todos os contextos sociais usufruem. Porém a maioria dos professores já adotaram metodologias que incluem uso das linguagens midiáticas dentro da sala de aula. A propagação da informação vem sendo feita de modo que se encaixe no momento atual da tecnologia, transformando a informação em conhecimento no conhecimento dos alunos. Não apenas a informação propagada, mas também o modo de avaliar os alunos está cada vez mais moderna, provas são feitas remotamente e corrigidas em questão de segundos por programas desenvolvidos por essa finalidade.

O uso das linguagens midiáticas na educação vem propiciando grandes alterações no modo de ensino e no modo de aprendizagem. Com o a utilização dessas linguagens nas escolas, alunos e professores comunicam-se de forma versátil e apesar da comodidade e facilidade à informação, a cultura do “faça você mesmo” famosa virtualmente nos dias atuais vem sendo adotada nas escolas por meio das atividades escolares preparadas e inseridas justamente para serem realizadas através das novas tecnologias. Com esse modo de interação rápida e prática, existem também possibilidades diferentes em relação ao tempo que levaria um trabalho cooperativo no ambiente físico de uma sala de aula e de uma sala virtual; isso potencializa o uso das linguagens midiáticas nesses trabalhos para que possam surgir novos métodos de aprendizagem.

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA.

Atualmente, os dados baseados nas pesquisas revelam uma apropriação e crescimento do uso tecnológico em diferentes âmbitos da sociedade. Fazemos o uso constante dos mais variados tipos de eletrônicos e recursos tecnológicos; na sociedade

contemporânea, dormimos ao lado do celular e muitas vezes é a primeira atividade que praticamos ao acordar. Já que os apetrechos tecnológicos e a vida virtual se tornaram as atividades mais praticadas e o “ambiente” mais vivido pelo homem, por que não usar isso para seu próprio benefício e desenvolvimento?

A apropriação tecnológica se dá por todas as vezes que menos favorecidos inseridos numa sociedade tecnológica, interagem com esses recursos em suas vidas por meio de práticas e rotinas de trabalho; como por exemplo, quando um jovem de periferia consegue comprar um celular de última geração; quando uma criança participa do grupo virtual de sua sala de aula; quando as vagas de teletrabalho que são preenchidas aos montes apesar das condições, e esses fatores revelam uma apropriação da tecnologia de modo que recursos, informações e lazer são gerados na sociedade. Esse processo de apropriação decorre da propagação da cultura tecnológica em diferentes meios de comunicação; inclusive a tecnologia vai muito além dos meios de comunicação, é um estilo de vida, um agir e conhecer do mundo moderno.

O setor que ganha muito com isso é a educação, pois os professores e mestre-educadores tem uma grande ferramenta em mãos para estimular o intelecto dos alunos através de meios que eles estão familiarizados mais do que qualquer outro público. O uso de computadores e tablets nas escolas propiciam experiências de aprendizagem que não eram nem uma possibilidade a tempos atrás. Uma evidência desse novo estilo de aprendizagem é quantidade de sites de cursos online; com apenas cliques e administração de tempo, as pessoas se qualificam pela internet. Sendo assim a estimativa é que a tecnologia continue aprimorando o conhecimento do homem, abrindo portas e atravessando fronteiras pra um grande desenvolvimento pessoal e da sociedade.

COMPREENSÃO DOS USOS DAS TECNOLOGIAS E DA CULTURA DIGITAL NO COTIDIANO ESCOLAR.

Para abordarmos esse tema, primeiro precisamos de umas pinceladas a respeito da cultura digital. Falamos de algo que não é palpável, mas de dados e informações armazenadas dentro de aparelho eletrônicos, vidas profissionais que dependem totalmente desse recurso, bancos e empresas consolidados por meio dessa cultura. Ela se instaurou e se consolidou como cultura a partir do surgimento da internet em seu uso doméstico e de fácil acesso às residências e espaços de trabalho no final do século XX. Então podemos dizer que a cultura digital é responsável pelas grandes mudanças na vida cotidiana e no comportamento humano consequentemente pelo uso de ferramentas da tecnologia digital.

Hoje nas escolas, essa cultura digital não é somente um diferencial para que os alunos possam ter experiências diferenciadas na absorção de conhecimento, mas sim uma necessidade para popularizar o conhecimento e facilitar o engajamento e acessibilidade dos alunos para o que está proposto a ser ensinado. Essa cultura é tão importante atualmente que de certa forma até

força as escolas emergirem nesse meio mesmo sem o planejamento devido; sendo que o ensino participativo e dinâmico tem sido uma ferramenta educacional essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e comunicação entre professores e alunos. Um ponto chave da cultura digital na educação é que os alunos são instruídos diretamente e indiretamente a desenvolver uma certa independência e serem responsáveis de sua própria aprendizagem; além de aprimorar e revelar diversas outras habilidades em cada aluno, como o senso de liderança e responsabilidade, criatividade na elaboração de projetos e entre outros. Com a cultura digital muitas ferramentas de ensino foram substituídas ou aprimoradas, os livros das prateleiras não perderam sua importância, mas os PDF's e livros digitais de muitos lugares do mundo ganharam espaço na rotina de estudos; isso promove o acesso imediato ao material de estudo independente da hora e local. Com esse avanço tecnológico o ensino à distância e ensino híbrido passou a ser opção viável para diversos estudantes também, na preferência pela comodidade e praticidade esse modo de ensino vem ganhando força em diversos contextos.

PROMOÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, REFLEXIVAS, COLABORATIVAS E DIALÓGICAS UTILIZANDO RECURSOS TECNOLÓGICOS.

Os recursos tecnológicos estão cada vez mais aprimorados e fazendo com que diversos âmbitos se adaptem a seu uso. As práticas usadas pelos professores com objetivo de instruir, ensinar e comunicar a informação a seus alunos vem sendo moldada a partir de ferramentas totalmente tecnológicas; raramente veremos professores que continuam usando práticas pedagógicas sem ajuda da internet e recursos tecnológicos atualmente, até mesmo porque esses recursos elevam o nível de praticidade, mas sem tirar qualidade do ensino proposto. As aulas estão se tornando mais interativas e que aguçam a curiosidade e atenção dos alunos; porém muitas universidades e instituições de ensino não estão adeptas à atualização de seus sistemas tecnológicos de informação e conteúdo, como por exemplo o portal de um curso EaD. E nesse quesito quem não está adepto às mudanças acabam promovendo sua própria inutilidade e empurrando alunos em busca de plataformas mais inovadoras que sejam compatíveis com seu nível de interesse e conhecimento tecnológico.

De modo que facilite e promova as relações do aluno com a matéria, os professores podem utilizar as redes como metodologia educacional e certamente em seu modo de avaliação também, transformando a aprendizagem e correção numa tarefa dinâmica e inclusiva. O educador que possuir essa consciência pode ser um agente transformador na educação e formação de muitos indivíduos, deixando de lado a formalidade e abraçando o uso dos recursos tecnológicos; o que seria de grande ajuda no desdobramento do pensamento crítico e trabalho coletivo, onde o aluno poderia se sentir de fato protagonista de sua própria formação e com apenas uma “pequena” ajuda do professor. Exemplificando esse pensamento, existem professores que fazem o uso das redes sociais para atividades como debates sobre diversos temas e vídeos que tragam reflexão em compatibilidade com o conteúdo das aulas; isso implica em envolver o aluno em um contexto de aprendizagem em que ele tenha familiaridade e leveza. Sendo assim os recursos

tecnológicos podem ser muito vantajosos para aprimorar a didática, as práticas pedagógicas e comunicativas no ensino mesmo com adversidades que possam aparecer no uso dessas ferramentas.

PAPEL E USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Nos dias de hoje, a população vive uma democratização da informação, as gerações mais afetadas nisso são adolescentes e jovens que possuem excesso de informações em meio ao avanço tecnológico. As denominadas TICs vem cumprindo um grande papel na sociedade, na educação e no comércio, nas empresas e indústrias e também outros ambientes profissionais através de softwares e chats em tempo real que proporcionam uma comunicação interpessoal virtual assertiva nos relacionamentos humanos.

A cada década conseguimos enxergar com mais clareza as transformações no modo de compartilhamento da informação e forma de comunicação do homem. O papel dessas tecnologias tem sido de suma importância para diversas áreas da sociedade, a popularização das redes sem fio proporciona o acesso à novas informações e a forma correta de interpretá-la. Na educação no período de pandemia por exemplo, se não existissem as salas de aulas virtuais como o google meet e google classroom, muitos pais não saberiam como lidar com a formação educacional e intelectual de seus filhos. Percebemos que as TICs abriram muitas portas e sanaram várias brechas na educação e no trabalho, podemos ver isso de modo cada vez mais notável na implantação de bancos digitais e soluções financeiras por meio do imediatismo vindo da tecnologia; parte do desenvolvimento econômico se dá pela grande porcentagem da população que aderiu cartões-virtuais e métodos de pagamento que precisam apenas de cliques e uma rede de internet estável.

Então presumimos que o uso dessas tecnologias traz um avanço considerável para todas as esferas da sociedade que nos cercam. Desde sites de divulgação de vagas de emprego como fóruns de entretenimento, todos carregam informações e de modo ou outro carregam uma mensagem para o público direcionado, sendo assim a comunicação é mais uma vez encurtada e facilitada. E como toda inovação tem seus contras que as vezes podem se esconder atrás dos grandes benefícios, as TICs têm seus pontos a melhorar; porém se trata muito mais de uma questão de planejamento do que desenvolvimento de melhores sistemas.

LETRAMENTO DIGITAL.

Antes de definirmos letramento, é necessário entender que o que é o letramento “tradicional”. O conceito de letramento não se perpetua no tempo, ele muda de acordo com os avanços da tecnologia.

É relevante pontuar que muitas são as definições e estudos sobre o conceito de letramento. Kleiman, por exemplo, considera-o como uma prática de leitura e escrita¹².

1 *Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758, Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_051.pdf*

2 *KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995. 294 p. p. 15-61*

Para Magda Soares³, o conceito de letramento ultrapassa o ato de ler e escrever. Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos⁴

Para Mey⁵, a relevância do letramento, tanto do tipo usual quanto do digital, vai muito além de se afirmar que é uma tecnologia de informação adquirida ativa ou passivamente. Enfatiza, também, que é muito mais do que saber ler e escrever ou navegar na internet.

Na realidade, consiste em saber utilizar esses recursos para aplicá-los no cotidiano, em benefício do próprio usuário. Precisa-se, nesse caso, indagar o porquê de se fazer uma busca na web, ou seja, saber qual a finalidade dessa informação para a vida a fim de promover a aquisição de um (novo) conhecimento.

Soares⁶ ressalta que o sintagma letramento digital é usado para referir-se à questão da prática de leitura e escrita possibilitada pelo computador e pela internet.

A necessidade de um indivíduo ser letrado digitalmente surgiu a partir da ideia de que uma fonte digital pode gerar muitas formas de informações de texto, como imagens, sons, etc.

Por isso, uma nova forma de alfabetização era necessária com o intuito de dar sentido a essas novas formas de apresentação. Segundo Bawden, outros autores, como Eshet⁷, pensam da mesma forma que Gilster: o letramento digital deve ser mais do que a capacidade de usar fontes digitais por ser uma nova forma de pensamento crítico.

Gilster, citado por Bawden⁸, define quatro competências essenciais da literatura digital:

- a) pesquisas na internet;
- b) hipertexto;
- c) navegação; montagem;
- d) conhecimento e avaliação de conteúdo.

Enfatiza ainda que, em muitas fontes de informação, alguns autores estão comparando conhecimentos técnicos de informática com pensamento crítico, para que o sujeito seja considerado letrado digitalmente.

Já as definições de letramento digital mais amplas supõem esses aspectos ao não prescindirem dos sentidos social e cultural. Entre as apresentadas por Souza⁹, seleciono estas: letramento digital se constitui como “uma complexa série de valores, práticas e

3 SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2 ed. 11 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 128p.

4 KLEIMAN, Angela B. *Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola*. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995. 294 p. p. 15-61

5 MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade: letramento, consciência e poder*. Tradução de Maria da Glória de Moraes. Tradução de: *The voices of society: literacy, conscientiousness and power*. DELTA, vol.14, n. 2, p. 331-338. 1998.

6 SOARES, M. *Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura*. *Educação e Sociedade: Campinas*, vol.23, n.81, p.143-160, dez. 2002.

7 BAWDEN, David. *Origins and concepts of digital literacy*. New York: Peter Lang, 2008. p. 17-32

8 BAWDEN, David. *Origins and concepts of digital literacy*. New York: Peter Lang, 2008. p. 17-32

9 SOUZA, V. V. Soares. *Letramento digital e formação de professores*. *Revista Língua Escrita*, n. 2, p. 55-69, dez. 2007.

habilidades situados social e culturalmente envolvidos em operar linguisticamente dentro de um contexto de ambientes eletrônicos, que incluem leitura, escrita e comunicação. Nessa definição, letramento digital refere-se aos contextos social e cultural para discurso e comunicação, bem como aos produtos e práticas linguísticos e sociais de comunicação, e os modos pelos quais os ambientes de comunicação têm se tornado partes essenciais de nosso entendimento cultural do que significa ser letrado.¹⁰

O que faz alguém ser letrado digital?¹¹

Pessoas letradas “analógicas” puderam tornar-se, recentemente, letradas digitais em vários domínios. No trabalho, os e-mails e o envio de arquivos à distância podem ser fundamentais. Assim como na escola a Internet pode servir para a pesquisa, o acesso a documentos e a entidades oficiais que estão fisicamente distantes do usuário, a leitura de jornais e de revistas, etc. O uso do computador e da Internet é tão sócio-histórico quanto os usos que se fizeram do livro, do jornal, da revista ou da televisão.

A diferença parece estar na natureza do meio, que permite ações antes não facilitadas pelo papel. Os textos “bloqueados” planejados de maneira que cada fragmento seja ligado por articuladores chamados links são potencializados na Internet, mas já existiam em suportes impressos, que não permitiam a navegação como ela se dá no ambiente digital.

No entanto, não é assim tão fácil falar em multidões que usam computadores e a rede mundial que os conecta. Segundo dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, INAF, “dois terços da população brasileira maior de quinze anos não têm o nível mínimo de escolarização que a Constituição garante como direito a todos: as oito séries do Ensino Fundamental”. (RIBEIRO, 2003, p. 10) Isso quer dizer que o letramento digital soa como luxo para muitos cidadãos.

Os dados diretamente relacionados ao uso e ao acesso ao computador são enfáticos: das classes D e E, apenas 4% utilizam computador, eventualmente; das classes B e C, 15%; e a classe A usa computador, “ao menos eventualmente”, em 41% dos casos. É patente que o fato de pertencer a uma ou a outra classe social define o acesso à máquina e à rede.

Letrados digitais, portanto, são mais raros nas classes menos favorecidas. Por que razão deveríamos, então, tratar o letramento digital como algo de alcance irrestrito? Para alguns pesquisadores, a preocupação com os usos do computador é precipitada em uma sociedade que mal conseguiu formar “leitores de papel”.

A escola e o professor podem ser entendidos como os mais prováveis multiplicadores do letramento digital. Mesmo que a tarefa não seja escolar, o uso do computador para fins de sobrevivência no trabalho ou nas relações sociais é de suma importância para as comunidades.

Isso sem falar nas possibilidades de atuação cidadã na rede: sites de busca a desaparecidos, entidades de classe, discussões sobre temas da sociedade, produção de notícias em jornais, escolha de prioridades nas listas dos orçamentos participativos de Prefeituras, etc.

10 scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/?lang=pt
11 RIBEIRO, Ana Elisa. *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - CEFET-MG, disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Elisa-Ribeiro-2/publication/322706076_LETRAMENTO_DIGITAL_UM_TEMA_EM_GENEROS_EFEMEROS/links/60956d80a6fdccaebd15c0a9/LETRAMENTO-DIGITAL-UM-TEMA-EM-GENEROS-EFEMEROS.pdf*

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

Genericamente, podemos dizer que a perspectiva redentora se traduz pelas pedagogias liberais e a perspectiva transformadora pelas pedagogias progressistas.¹

Assim vamos organizar o conjunto das pedagogias em dois grupos:

<p>Pedagogia Liberal - Tradicional - Renovada Progressivista - Renovada Não Diretiva - Tecnista</p>	<p>Pedagogia Progressista - Libertadora - Libertária - Crítico-Social dos Conteúdos</p>
--	--

É evidente que tanto as tendências quanto suas manifestações não são puras nem mutuamente exclusivas o que, aliás, é a limitação principal de qualquer tentativa de classificação. Em alguns casos as tendências se complementam, em outros, divergem. De qualquer modo, a classificação e sua descrição poderão funcionar como um instrumento de análise para o professor avaliar a sua prática de sala de aula.

Pedagogia Liberal

A Pedagogia Liberal é voltada para o sistema capitalista e esconde a realidade das diferenças entre as classes sociais. Nessa pedagogia, a escola tem que preparar os indivíduos para a sociedade, de acordo com as suas aptidões individuais, por isso os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes através do desenvolvimento da cultura individual.

A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. Historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovada (também denominada Escola Nova ou Ativa), o que não significou a substituição de uma pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar.

Tendência Liberal Tradicional

Caracteriza-se por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual.

Papel da escola - consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino mais profissionalizante.

Conteúdos de ensino - são os conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades. As matérias de estudo visam preparar o aluno para a vida, são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação. Os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, valendo pelo valor intelectual, razão pela qual a pedagogia tradicional é criticada como intelectualista e, às vezes, como enciclopédica.

Métodos - baseiam-se na exposição verbal da matéria e/ou demonstração. Tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, observados os seguintes passos:

- Preparação do aluno (definição do trabalho, recordação da matéria anterior, despertar interesse);
- Apresentação (realce de pontos-chaves, demonstração);
- Associação (combinação do conhecimento novo com o já conhecido por comparação e abstração);
- Generalização (dos aspectos particulares chega-se ao conceito geral, é a exposição sistematizada);

¹ LUCKESI C. *Tendências Pedagógicas na Prática escolar*. 2011

- Aplicação (explicação de fatos adicionais e/ou resoluções de exercícios).

A ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização visa disciplinar a mente e formar hábitos.

Relacionamento professor-aluno - predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio.

Pressupostos de aprendizagem - a ideia de que o ensino consiste em repassar os conhecimentos para o espírito da criança é acompanhada de uma outra: a de que a capacidade de assimilação da criança é idêntica à do adulto, apenas menos desenvolvida. Os programas, então, devem ser dados numa progressão lógica, estabelecida pelo adulto, sem levar em conta as características próprias de cada idade. A aprendizagem, assim, é receptiva e mecânica, para o que se recorre frequentemente à coação. A retenção do material ensinado é garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e recapitulação da matéria. A transferência da aprendizagem depende do treino; é indispensável a retenção, a fim de que o aluno possa responder às situações novas de forma semelhante às respostas dadas em situações anteriores.

Avaliação - se dá por verificações de curto prazo (interrogatórios orais, exercício de casa) e de prazo mais longo (provas escritas, trabalhos de casa). O esforço é, em geral, negativo (punição, notas baixas, apelos aos pais); às vezes, é positivo (emulação, classificações).

Manifestações na prática escolar - a pedagogia liberal tradicional é viva e atuante em nossas escolas, predominante em nossa história educacional.

Tendência Liberal Renovada

A Tendência Liberal Renovada acentua, igualmente, o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. A educação é a vida presente, é a parte da própria experiência humana. A escola renovada propõe um ensino que valorize a autoeducação (o aluno como sujeito do conhecimento), a experiência direta sobre o meio pela atividade; um ensino centrado no aluno e no grupo.

A Tendência Liberal Renovada apresenta-se, entre nós, em duas versões distintas:

- a **Renovada Progressivista**, ou **Pragmatista**, principalmente na forma difundida pelos pioneiros da educação nova, entre os quais se destaca Anísio Teixeira (deve-se destacar, também a influência de Montessori, Decroly e, de certa forma, Piaget);

- a **Renovada Não Diretiva** orientada para os objetivos de auto-realização (desenvolvimento pessoal) e para as relações interpessoais, na formulação do psicólogo norte-americano Carl Rogers.

Tendência Liberal Renovada Progressivista

Papel da escola - a finalidade da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida. Todo ser dispõe dentro de si mesmo de mecanismos de adaptação progressiva ao meio e de uma conseqüente integração dessas formas de adaptação no comportamento. Tal integração se dá por meio de experiências que devem satisfazer, ao mesmo tempo, os interesses do aluno e as exigências sociais. À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente.

Conteúdos de ensino - como o conhecimento resulta da ação a partir dos interesses e necessidades, os conteúdos de ensino são estabelecidos em função de experiências que o sujeito vivencia frente a desafios cognitivos e situações problemáticas. Dá-se, portanto, muito mais valor aos processos mentais e habilidades cognitivas do que a conteúdos organizados racionalmente. Trata-se de “aprender a aprender”, ou seja, é mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito.

Método de ensino - a ideia de “aprender fazendo” está sempre presente. Valorizam-se as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, o método de solução de problemas. Embora os métodos variem, as escolas ativas ou novas (Dewey, Montessori, Decroly, Cousinet e outros) partem sempre de atividades adequadas à natureza do aluno e às etapas do seu desenvolvimento. Na maioria delas, acentua-se a importância do trabalho em grupo não apenas como técnica, mas como condição básica do desenvolvimento mental. Os passos básicos do método ativo são:

- Colocar o aluno numa situação de experiência que tenha um interesse por si mesma;
- O problema deve ser desafiante, como estímulo à reflexão;
- O aluno deve dispor de informações e instruções que lhe permitam pesquisar a descoberta de soluções;
- Soluções provisórias devem ser incentivadas e ordenadas, com a ajuda discreta do professor;
- Deve-se garantir a oportunidade de colocar as soluções à prova, a fim de determinar sua utilidade para a vida.

Relacionamento professor-aluno - não há lugar privilegiado para o professor; antes, seu papel é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo da criança; se intervém, é para dar forma ao raciocínio dela. A disciplina surge de uma tomada de consciência dos limites da vida grupal; assim, aluno disciplinado é aquele que é solidário, participante, respeitador das regras do grupo. Para se garantir um clima harmonioso dentro da sala de aula é indispensável um relacionamento positivo entre professores e alunos, uma forma de instaurar a “vivência democrática” tal qual deve ser a vida em sociedade.

Pressupostos de aprendizagem - a motivação depende da força de estimulação do problema e das disposições internas e interesses do aluno. Assim, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem, sendo o ambiente apenas o meio estimulador. É retido o que se incorpora à atividade do aluno pela descoberta pessoal; o que é incorporado passa a compor a estrutura cognitiva para ser empregado em novas situações.

Avaliação - é fluida e tenta ser eficaz à medida que os esforços e os êxitos são prontos e explicitamente reconhecidos pelo professor.

Manifestações na prática escolar - os princípios da pedagogia progressivista vêm sendo difundidos, em larga escala, nos cursos de licenciatura, e muitos professores sofrem sua influência. Entretanto, sua aplicação é reduzidíssima, não somente por falta de condições objetivas como também porque se choca com uma prática pedagógica basicamente tradicional. Alguns métodos são adotados em escolas particulares, como o método Montessori, o método dos centros de interesse de Decroly, o método de projetos de Dewey. O ensino baseado na psicologia genética de Piaget tem larga aceitação na educação pré-escolar. Pertencem, também, à tendência progressivista muitas das escolas denominadas “experimentais”, as “escolas comunitárias” e mais remotamente (década de 60) a “escola secundária moderna”, na versão difundida por Lauro de Oliveira Lima.

Tendência Liberal Renovada Não Diretiva

Papel da escola - formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. Todo esforço está em estabelecer um clima favorável a uma mudança dentro do indivíduo, isto é, a uma adequação pessoal às solicitações do ambiente. Rogers² considera que o ensino é uma atividade excessivamente valorizada; para ele os procedimentos didáticos, a competência na matéria, as aulas, livros, tudo tem muito pouca importância, face ao propósito de favorecer à pessoa um clima de autodesenvolvimento e realização pessoal, o que implica estar bem consigo próprio e com seus semelhantes. O resultado de uma boa educação é muito semelhante ao de uma boa terapia.

Conteúdos de ensino - a ênfase que esta tendência põe nos processos de desenvolvimento das relações e da comunicação torna secundária a transmissão de conteúdos. Os processos de ensino visam mais facilitar aos estudantes os meios para buscarem por si mesmos os conhecimentos que, no entanto, são dispensáveis.

Métodos de ensino - os métodos usuais são dispensados, prevalecendo quase que exclusivamente o esforço do professor em desenvolver um estilo próprio para facilitar a aprendizagem dos alunos. Rogers explicita algumas das características do professor “facilitador”: aceitação da pessoa do aluno, capacidade de ser confiável, receptivo e ter plena convicção na capacidade de autodesenvolvimento do estudante. Sua função restringe-se a ajudar o aluno a se organizar, utilizando técnicas de sensibilização onde os sentimentos de cada um possam ser expostos, sem ameaças. Assim, o objetivo do trabalho escolar se esgota nos processos de melhor relacionamento interpessoal, como condição para o crescimento pessoal.

Relacionamento professor-aluno - propõe uma educação centrada no aluno, visando formar sua personalidade através da vivência de experiências significativas que lhe permitam desenvolver características inerentes à sua natureza. O professor é um especialista em relações humanas, ao garantir o clima de relacionamento pessoal e autêntico. “Ausentar-se” é a melhor forma de respeito e aceitação plena do aluno. Toda intervenção é ameaçadora, inibidora da aprendizagem.

2 ROGERS, Carl. *Liberdade para aprender*. 1969

Pressupostos de aprendizagem - a motivação resulta do desejo de adequação pessoal na busca da auto realização; é, portanto, um ato interno. A motivação aumenta, quando o sujeito desenvolve o sentimento de que é capaz de agir em termos de atingir suas metas pessoais, isto é, desenvolve a valorização do “eu”. Aprender, portanto, é modificar suas próprias percepções; daí que apenas se aprende o que estiver significativamente relacionado com essas percepções. Resulta que a retenção se dá pela relevância do aprendido em relação ao “eu”, ou seja, o que não está envolvido com o “eu” não é retido e nem transferido.

Avaliação - perde inteiramente o sentido, privilegiando-se a autoavaliação.

Manifestações na prática escolar - o inspirador da pedagogia não diretiva é C. Rogers, na verdade mais psicólogo clínico que educador. Suas ideias influenciam um número expressivo de educadores e professores, principalmente orientadores educacionais e psicólogos escolares que se dedicam ao aconselhamento. Menos recentemente, podem-se citar também tendências inspiradas na escola de Summerhill do educador inglês A. Neill.

Tendência Liberal Tecnista

A tendência Liberal Tecnista subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de “recursos humanos” (mão-de-obra para a indústria). A sociedade industrial e tecnológica estabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a educação treina (também cientificamente) nos alunos os comportamentos de ajustamento a essas metas.

No tecnicismo acredita-se que a realidade contém em si suas próprias leis, bastando aos homens descobri-las e aplicá-las. Dessa forma, o essencial não é o conteúdo da realidade, mas as técnicas (forma) de descoberta e aplicação. A tecnologia (aproveitamento ordenado de recursos, com base no conhecimento científico) é o meio eficaz de obter a maximização da produção e garantir um ótimo funcionamento da sociedade; a educação é um recurso tecnológico por excelência.

Ela “é encarada como um instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão-de-obra, pela redistribuição da renda, pela maximização da produção e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento da ‘consciência política’ indispensável à manutenção do Estado autoritário”³. Utiliza-se basicamente do enfoque sistêmico, da tecnologia educacional e da análise experimental do comportamento.

Papel da escola - a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las. A atividade da “descoberta” é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas; a “aplicação” é competência do processo educacional comum.

3 KUENZER, Acácia A.; MACHADO, Lucília R. S. “Pedagogia Tecnista”, in Guiomar N. de MELLO (org.), *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*.

PROCESSOS DE ENSINAR E APRENDER

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA

“Que eu jamais possa dizer a uma criança que seus sonhos são impossíveis, será uma tragédia para o mundo se eu conseguir convencê-la disso”.(AD)

No passado, acreditava-se que a criança só podia entrar na escola aos cinco anos. Hoje se sabe que, quanto mais cedo isto acontecer, melhor. Os três primeiros anos são os mais importantes para o desenvolvimento cerebral. A educação infantil é extremamente importante para o desenvolvimento integral do ser humano. Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida definem seu sucesso escolar e seu desenvolvimento. O primeiro papel da escola é levar a criança à plena realização de si mesmo.

Ao aprender construindo aprende-se para a vida. Devemos como educadores possibilitar a elaboração de uma identidade múltipla promovendo o respeito às diferenças, à divergência, em direção ao pluralismo ao escutar e à ajuda recíproca. A escola infantil é um comunitário de aprendizes, quando concebemos que as crianças são “aprendizes da comunidade”, na medida que se propõe uma dupla identidade: a “criança de casa” (com saberes construídos) e a “criança aprendiz” (com saberes que serão construídos). A prática didática deve prever o aprendizado cooperativo, o desenvolvimento metacognitivo, a base dialógica, a legitimação das diferenças, as experiências contextualizadas e os papéis alternados.

A criança como sujeito social histórico, estabelece no seu presente, a identidade de portadora e produtora de cultura. Nesse sentido a infância passa a ser considerada como tempo de “Preparação para...”, sonhar, brincar, sorrir, jogar, desenhar, colorir. Com isso, tudo o que a criança tem direito, faz desse período de sua vida um momento em que ela é a protagonista do seu desenvolvimento como sujeito de sua história.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estão contemplados os Fundamentos Norteadores, que priorizam os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; assim como as práticas de educação e cuidados, que possibilitam a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Na Declaração Universal dos direitos da Criança proclamados pela ONU, os anos mais importantes para o desenvolvimento da criança são os seis primeiros. Nesses seis anos se forma a estrutura da personalidade e a base da sua afetividade, em torno da imagem que ela faz de si mesmo. Aos seis anos a criança já passou por várias

experiências, como o amor ou a rejeição, o carinho ou a violência, o cuidado ou a indiferença, a certeza ou a dúvida, a alegria ou a ansiedade. Para desenvolver-se de maneira saudável e feliz, é preciso que a maior parte das experiências seja positiva.

Qualquer criança tem o direito de ser criança. Infelizmente, o que temos constatado é que elas estão sendo antecipadas a crescer, coagidas a amadurecer e a adotar responsabilidades, que não condizem com a sua faixa etária.

Desrespeitar o direito de ser criança prejudica o seu desenvolvimento emocional.

“É nessa fase da vida que se inicia a construção do ser autônomo, crítico e criativo, sem o que, um país não poderá jamais alcançar o pressuposto tão almejado qual seja de um povo livre e independente, quer política, econômica, intelectual ou cientificamente”. (Prof. Roberto Nicolau Schorr).

Enfim, a criança é um ser que se constrói, constrói sua cidadania e, neste processo, precisa *ser criança*, precisa ter tempo para brincar, tempo para poder ser criança.

Dessa maneira, ela precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive. Reafirma-se, assim, a concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico, criador de cultura, devendo sua educação ter o mesmo grau de qualidade que se exige para as demais etapas da educação.

A partir disso, podemos sintetizar a prática da educação infantil em quatro aspectos fundamentais:

1. **Desenvolvimento da Criança:** A ação na educação infantil envolve intrinsecamente, cuidado e educação. Assim, alimentação, higiene e sono também envolvem aprendizagens, construção de significados e novos conhecimentos. A criança deve ser entendida como um ser social, que precisa se desenvolver de uma forma integral (corpo e mente, cognitivo e afetivo), através de relações com os outros, atividades pedagógicas, proteção e afeto. Os vínculos afetivos fazem parte do desenvolvimento do ser humano e a busca de uma relação de confiança e segurança, entre adultos e crianças, passa pela construção de vínculos que se estabelecem na interação e na permanência do educador junto ao grupo.

2. **Relações Escola e Família:** Buscamos oportunizar momentos de trocas entre família e escola, criando espaços favoráveis ao diálogo, através de entrevistas com cada família no momento de ingresso; reuniões semestrais para apresentação da caminhada percorrida no período; entrevistas individuais para troca de informações e esclarecimento de dúvidas; atividades integradoras, como eventos festivos (dia das Mães, aniversário da Creche, dia dos Pais, festa junina, mês da Criança, Natal); exposições de trabalhos infantis; passeios; palestras com professores convidados; participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição, além do convívio diário, quando as famílias também podem buscar orientações ou informações junto aos professores ou técnicos dos setores.

3. Escola e família precisam caminhar juntas, articuladas, seguindo uma direção comum para enfrentar o grande desafio: *educar*.

4. **Relações entre Crianças:** Enfatizamos as interações entre as crianças e seus parceiros, pois elas permitem à criança desenvolver formas mais complexas de agir, de conhecer e simbolizar o mundo, de se relacionar com as pessoas e de perceber as suas próprias necessidades. A formação real do sujeito exige convivência coletiva e a experiência de trocas e discussões em comum. Cooperar é trocar e construir novos saberes junto com os outros, permitindo o exercício da descentração e da reciprocidade, coordenando pontos de vista, levando à colaboração entre pares de iguais e chegando a soluções em comum e a um novo entendimento. Portanto, o ato educativo deve se direcionar para a formação de grupos fortalecidos em relações de companheirismo, num projeto comprometido com a construção e reinvenção do conhecimento.

5. **Papel do Educador e Relações Criança-Adulto:** O processo de construção do conhecimento ocorre na medida em que o educador busca favorecer o desenvolvimento da criança, incentivando sua atividade frente a problemas que fazem parte de seus interesses e necessidades, promovendo situações que incentivem a curiosidade, possibilitando a troca de informações entre os alunos e permitindo o aprendizado das fontes de acesso que levam ao conhecimento. Por isso, cabe ao educador planejar, organizar, apresentar situações desafiadoras e que levem a criança a pensar, levantar hipóteses, refletir e procurar respostas. É através de interação com a criança que o educador vai descobrir em que momentos a sua intervenção será realmente fundamental no processo de construção do conhecimento. À medida que, na sua ação, o educador vai decidindo, executando, registrando, revendo, sistematizando, também vai sendo realizada a avaliação do seu fazer pedagógico e da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças. É fundamental que o educador, como um adulto diante da criança, possa estabelecer uma relação de afeto, confiança, respeito mútuo e cooperação, que será a base do trabalho a ser desenvolvido.

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA

Crianças e infâncias (com)vivendo na Educação Infantil

Um sobrevoo sobre a história da infância e da criança sacrifica as muitas inferências que poderiam advir de um aprofundamento acerca deste tópico. Para o Currículo, importa lembrar que a criança é sujeito da história e da cultura, que as infâncias são plurais em suas expressões étnicas, estéticas e éticas. Se sempre existirem crianças, nem sempre existiu infância. Ou pelo menos, o “sentimento de infância”.

Guimarães (2008) apresenta-nos uma síntese sobre essa história. Somente a partir do século XVIII, a infância começa a ser objeto de novos olhares e preocupações. Os estudos de Ariès (1986) são um marco nesse campo porque o autor localiza na Modernidade o surgimento do que ele denomina como “sentimento de infância”, ao contrário do que vigorava na Idade Média, período em que adultos e crianças se misturavam e estas eram consideradas apenas seres biológicos. As pobres cresciam para atender ao mundo do trabalho e as ricas eram vistas como miniaturas dos adultos.

Na família burguesa da Modernidade, duas posturas materializaram o reconhecimento das crianças como diferentes dos adultos: a paparicação - que aparece na família, identificando a criança

à ingenuidade, graça, pureza - e a moralização - que se funda em meio aos eclesiásticos e às ciências emergentes, enxergando a criança como ser da desrazão, incompleto, em falta, alvo da disciplina.

Nos séculos XIX e XX, há uma inflexão na direção dos direitos das crianças, prerrogativas de cidadania, teorias do desenvolvimento, periodicidade da vida infantil, iniciativas da Medicina, da Psicologia e da Pedagogia formulam discursos e sustentam práticas através das quais se forma um ideal de criança. São divulgadas normas de higiene e cuidados com as crianças, investe-se em campanhas de amamentação, criam-se instituições de atendimento, como as creches e jardins da infância. Elabora-se um modelo de infância, um modo de ser criança na cultura ocidental.

Assim, começa a ganhar corpo um ideário sobre a infância que atribui à criança o estatuto de sujeito de direitos, estendendo-se na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais, entre os quais a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989).

No Brasil, a década de 1980 marca a virada do processo de valorização da infância porque, desde então, o enfoque sai da tutela da família e recai sobre o direito. A criança passa a ser sujeito de direitos, fruto da mobilização da sociedade civil organizada, do movimento de mulheres e pesquisadores da educação, em especial da Educação Infantil que, por meio de intensas lutas e discussões sobre a necessidade da educação formal culminou com os avanços registrados na Constituição de 1988 que passa a considerar a criança como sujeito de direitos: direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária.

Uma das consequências da valorização da infância é o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado e direito da criança. Se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 foi um dos primeiros marcos nessa direção, é a LDB, promulgada em dezembro de 1996, que firma o elo entre o atendimento das crianças de zero a seis anos e a educação.

Todavia, para Sarmento (2005) ainda existe uma invisibilidade inerente à infância, obscurecendo suas potencialidades. Ao encontro desse debate, Ariès (1986) descreve que a própria etimologia da palavra infância se reveste da ideia de criança como não-falante, criança que está em processo de criação, de dependência, de transição. Significa dizer que a infância assumiu por muitos anos uma negatividade que não lhe era inerente ao considerar que a criança não tinha racionalidade, não tinha capacidade de expressão e comunicação. No entanto, essa perspectiva vai de encontro ao lugar ocupado pelas crianças nas sociedades contemporâneas, como sujeito de direito, além dos atuais pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos que estão solidificados pelos pesquisadores que estudam as crianças e a infância.

Certo é que muitas concepções sobre criança e infância convivem no imaginário social. Uns valorizam a criança pelo que ela é e pelo que faz; outros enfatizam suas carências ou seu futuro. Para alguns, importa protegê-la das vicissitudes do mundo; para outros, é preciso inseri-la desde já na vida adulta. É um miniadulto ou um adulto incompleto. De modo geral, a criança e a infância são vistas como um “mal a ser superado” e “semente do bem” ou uma “tábua rasa”. Essas distintas concepções também permeiam o campo pedagógico quando identificamos práticas pedagógicas orientadas às crianças pequenas ora baseadas em um pensamento espontaneísta, desprovidas de intencionalidade educativa, ora apoiadas em uma concepção ambientalista na qual se vale de métodos co-

ercitivos e de avaliações comportamentais, nos quais os prêmios e castigos ocupam lugar de destaque para a obtenção do comportamento desejado. Isso ocorre, portanto, quando o educador não acredita nas potencialidades da criança, desconsiderando-a como sujeito ativo, participativo e produtor de cultura.

A linearidade e a generalização são aspectos relevantes a serem evitados para se falar em uma concepção de infância. Entre tantos aspectos, podemos pontuar que a concepção de criança é construída dentro de cada contexto social específico, pois cada sociedade que existiu e existe tem delineamentos e culturas próprias. A infância pode ser arquitetada de modos diferentes dentro de diversas sociedades, no mesmo período histórico.

Além disso, temos muitos estudos que dizem respeito às crianças burguesas, enquanto crianças de classes menos favorecidas foram esquecidas ao longo da história. A concepção de infância e, conseqüentemente de educação, deve ser engendrada na perspectiva da superação de desigualdades e da guarida da alteridade, para a transformação históricossocial da humanidade. Destaque-se, então, que a concepção de infância(s) que norteia a primeira etapa da Educação Básica decorre de determinações sociais mais amplas de âmbito político, econômico, social, histórico e cultural, ou seja, consiste em considerar a criança, no contexto das práticas pedagógicas, como aquela que tem necessidades próprias, que manifesta opiniões e desejos, de acordo com seu contexto social e sua história de vida.

O ponto de vista que norteia este Currículo aposta justamente nas imensas possibilidades e potencialidades das crianças e das infâncias, conhece-las em seus fazeres, linguagens, invenções, imaginações, brincadeiras e cuidados.

Assim, a Educação Infantil precisa oferecer as melhores condições e os recursos construídos historicamente para a criança porque ela é um ser que se humaniza por estar aberta ao mundo, por portar desejos, por interagir com outras pessoas, por significar e atuar sobre o mundo, por fazer história e cultura, por ser memória, presente e futuro, por ser um corpo que fala, por ser um novo começo para a humanidade. Um ser que vai constituindo-se nas e pelas relações objetivas e subjetivas de sua trajetória no mundo.

Desse modo, as crianças, para além da filiação a um grupo etário próprio, é um sujeito ativo, que pertence a uma classe social, a um gênero, a uma etnia, a uma origem geográfica. São sujeitos sociais e históricos, marcados, portanto, pelas condições das sociedades em que estão inseridas. Significa dizer que são cidadãos, pessoas detentoras de direitos, produtoras de cultura, mas também influenciadas pela cultura adulta. Conceber a criança por essa lente favorece enxergá-la a partir de seu ponto de vista, de modo a entender que a infância não se resume a um determinado estágio de desenvolvimento, mas reverte-se em uma categoria social própria, impondo na recusa de olhares uniformes e homogêneos, desafiando o respeito pelas mais diversas infâncias.

Entre as várias concepções, o Currículo requer um posicionamento sobre qual é a visão que a Educação Infantil assume em relação às crianças, qual seja: "(...) um ser humano em construção, em processo de humanização, pois a natureza humana é fruto de nossa história social". Ao apropriar-se da cultura acumulada ao longo da história, a criança (re) nasce como ser social:

As crianças, por serem capazes, aprendem e desenvolvem-se nas relações com seus pares e com adultos, explorando os materiais e os ambientes, participando de situações de aprendizagem interessantes, envolvendo-se em atividades desafiadoras, enfim, vivendo a infância.

Por serem competentes, aprendem e desenvolvem-se ao cantar, correr, brincar, ouvir histórias, descobrir e observar objetos, manipular massinha e outros materiais, desenhar, pintar, dramatizar, imitar, construir com pecinhas, jogar, mexer com água, empilhar blocos, passear, recortar, saltar, bater palmas, movimentar-se de lá para cá, conhecer o ambiente a sua volta, interagir amplamente com seus pares, memorizar cantigas, dividir o lanche, escrever seu nome, ouvir música, dançar, contar, entre outras ações.

A instituição de Educação Infantil é um lugar privilegiado para que as crianças tenham acesso a oportunidades de compartilhar saberes, de reorganizar e recriar suas experiências, de favorecer vivências provocativas, inovar e criar a cultura de ter contato e incorporar os bens culturais produzidos pela humanidade.

Todavia, crianças de mesma idade podem apresentar desenvolvimento distinto. Cresce em importância o papel da instituição educacional que constitui, assim, os lócus onde as conquistas já efetivadas levam àquilo que deve ser alcançado, à "emergência do novo", às aprendizagens e, portanto, ao desenvolvimento.

Como afirma Sarmento (2005), é plausível dizer que a escola pode pouco contra a exclusão. Entretanto, a escola ainda é insubstituível por ser um contraponto à exclusão social e por ser um espaço de produção de uma sociedade de afirmação de direitos sociais, insubstituível para uma cidadania ativa, tendo crianças e comunidade como parceiras de seus próprios processos de emancipação.

Bebês e crianças pequenas – O que precisamos considerar?

Os bebês e as crianças pequenas possuem semelhanças e diferenças. Muitas características estão presentes de maneira comum, outras são específicas de cada idade ou faixa etária. De qualquer maneira, é essencial, ao lidar com esses seres humanos, ter em conta:

- as diferentes infâncias, a história da infância e da Educação Infantil no mundo, no país, no DF e em cada instituição;
- a diferença entre o atendimento escolar e o de outros espaços coletivos como família, igrejas, etc.;
- a influência da instituição escolar na vida dos pequenos cidadãos; a necessidade de imprimir intencionalidades educativas em suas práticas;
- as peculiaridades e o perfil sociopolítico e econômico distintos dos atendidos;
- a faixa etária e sua dependência em relação às famílias e suas características;
- o período de desenvolvimento físico, social, cognitivo, motor e emocional de cada criança;
- a maneira como a criança aprende e apreende o mundo;
- a importância de uma relação cotidiana com as famílias, suas vivências e seu acervo cultural.

Quando elegemos duas faixas etárias, a saber: bebês da creche e crianças pequenas da pré-escola, alertamos para o fato de que esses marcos cronológicos são referências gerais, pois nenhuma criança é idêntica à outra. Entretanto, não obstante as diferenças quantitativas e qualitativas, as crianças pertencem a uma mesma época do desenvolvimento.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-

A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no § 2º deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementarará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no § 1º

e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do caput deste artigo, é vedada.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do caput deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do caput deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - receitas de Estados, do Distrito Federal e de Municípios vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não integrantes dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário-educação de que trata o § 6º do art. 212 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - complementação da União transferida a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios nos termos da alínea “a” do inciso V do caput deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 2º Além das ponderações previstas na alínea “a” do inciso X do caput deste artigo, a lei definirá outras relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, bem como seus prazos de implementação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, nos termos da lei.”(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)